MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL: ANÁLISE QUANTO A
SUA (IM)POSSIBILIDADE À LUZ DAS DECISÕES PROFERIDAS NO HABEAS
CORPUS Nº 453.870/PR DO STJ E NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE
INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5.941 DO STF

ATYPICAL EXECUTIVE MEASURES IN TAX ENFORCEMENT: ANALYSIS OF THEIR
(IM)POSSIBILITY IN LIGHT OF THE DECISIONS PROVIDED IN HABEAS CORPUS
Nº 453.870/PR OF THE STJ AND IN THE DECLARATORY ACTION OF
UNCONSTITUTIONALITY Nº 5.941 OF THE STF

DANIELLE DE LIMA GALVÃO REIS

Graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Pós-Graduação em Direito
Público e Pós-Graduação em Processo Civil. Analista Judiciário da Seção Judiciária em
Alagoas.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a possibilidade de aplicação de medidas executivas atípicas no âmbito das execuções fiscais. O Código de Processo Civil de 2015 ampliou o uso da cláusula geral de efetivação (art. 139, inciso IV, do CPC) a todos os feitos executivos, inclusive para as obrigações pecuniárias. Desta feita, analisou os pontos relevantes da tutela executiva, onde, de um lado, há o direito fundamental do credor e, de outro, os princípios da menor onerosidade, responsabilidade patrimonial e tipicidade/atipicidade das medidas executivas. O trabalho analisa as discussões doutrinárias e jurisprudenciais concernentes à aplicação das referidas medidas, levando-se em consideração o decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.941/DF e os requisitos da proporcionalidade e razoabilidade para a sua adequada utilização. Sequencialmente, buscou-se observar a aplicação dos meios executivos atípicos à execução fiscal à luz da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Habeas Corpus nº 453.870/PR. Por fim, concluiu-se quanto à possibilidade de as medidas executivas atípicas serem aplicadas nas execuções fiscais, mesmo possuindo a Fazenda Pública prerrogativas processuais, uma vez que o bem maior que se busca tutelar é o interesse público.

Palavras-Chaves: Medidas Executivas Atípicas; Princípio da Efetividade; Artigo 139, inciso IV; Fazenda Pública; Execuções Fiscais.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the possibility of applying atypical enforcement measures in the context of tax executions. The Brazilian Civil Procedure Code of 2015 expanded the use of the general effectiveness clause (Art. 139, IV, of the CPC) to all enforcement proceedings, including pecuniary obligations. Therefore, it analyzed the relevant points of enforcement protection, where on one side there is the fundamental right of the creditor and on the other the principles of least burden, asset liability, and the typicality/atypicality of enforcement measures. The paper examines doctrinal and jurisprudential discussions regarding the application of these measures, taking into account the decision in Direct Action of Unconstitutionality No. 5.941/DF and the requirements of proportionality and reasonableness for their proper use. Sequentially, it sought to observe the application of atypical enforcement methods to tax execution in light of the decision rendered by the Superior Court of Justice in the trial of Habeas Corpus No. 453.870/PR. Finally, it was concluded regarding the possibility of atypical enforcement measures being applied in tax executions, even though the Public Treasury has procedural prerogatives, since the greater good sought to be protected is the public interest.

Keywords: Atypical Enforcement Measures; Principle of Effectiveness; Article 139, IV; Public Treasury; Tax Executions.

1 INTRODUÇÃO

As execuções fiscais são regidas pela Lei nº 6.830/80, Lei de Execução Fiscal, que dispôs sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Historicamente, as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. O processo de execução fiscal chega ao Poder Judiciário depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário se frustraram na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa. Dessa forma, o processo judicial acaba por repetir etapas e providências de localização do devedor ou patrimônio capaz de satisfazer o crédito tributário já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo Conselho de fiscalização profissional. Acabam chegando ao Judiciário títulos de dívidas antigas ou com tentativas prévias de cobranças e, por consequência, com menor probabilidade de recuperação (BRASIL, 2023, P. 150).¹

Em que pese a Fazenda Pública possua privilégios/prerrogativas para salvaguardar os créditos públicos, a execução fiscal possui sua efetividade questionada, tendo em vista que aproximadamente representam 64% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 88%, conforme o relatório de Justiça em Números 2023 do CNJ.

Cândido Rangel Dinamarco² elucida quanto aos efeitos negativos ocasionados pela morosidade do curso processual, em especial para o jurisdicionado:

“Um dos grandes desafios enfrentados pelos estudiosos e pelos operadores do processo tem sido ao longo de muitas décadas o da busca de meios capazes de neutralizar os efeitos perversos do tempo sobre os direitos, mediante a oferta de meios aptos a proporcionar a tempestividade da tutela jurisdicional - ou seja, a acelerar o curso dos processos em sua caminhada rumo à oferta dessa tutela. Essa preocupação é tanto maior e mais grave quando se sabe que as longas demoras dos processos vêm constituindo o pior dos males de toda a ordem processual, não só neste país mas também naqueles de legislação e organização judiciária mais aprimoradas. O decurso do tempo é muitas vezes o causador do perecimento de direitos ou de insuportáveis angústias pela espera de uma tutela jurisdicional, nascendo daí a imagem do tempo-inimigo, da qual se vale a doutrina há mais de meio século para ilustrar esses desgastes.”

¹ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2023**. Brasília, CNJ, 2023. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Novo Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 55-56.

A fim de se garantir uma maior efetividade à tutela jurisdicional, o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 139, inciso IV³, consignou a possibilidade de o julgador, nas execuções, adotar medidas executivas atípicas.

A partir dessa cláusula geral de efetivação, a comunidade acadêmica e os Tribunais pátrios passaram a discutir acerca dos limites de sua aplicabilidade, observando os princípios que regem a tutela executiva e os previstos constitucionalmente a par da segurança jurídica, da dignidade de pessoa humana e da proporcionalidade/razoabilidade.

Nesse contexto, o presente artigo tem como finalidade analisar, a partir dos parâmetros fixados pelo STJ, quando do julgamento do HC 453.870/PR⁴, e pelo STF, quando das decisões proferidas na ADI 5941⁵, se as medidas executivas atípicas, a exemplo da suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão de passaporte, bloqueio de cartões de crédito e proibição de participação em concurso público e processo licitatório público, podem ser aplicadas nos processos de execução fiscal sem que constituam sanções políticas e restritivas ao devedor.

Da análise das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores e o debate da doutrina extrai-se dois polos de discussão. O primeiro, que defende que qualquer medida executiva atípica violaria os direitos fundamentais assegurados pela Carta Magna brasileira de 1988; o segundo, que particularmente considero o mais coerente, é que o art. 139, IV, do CPC, não viola tais direitos fundamentais, desde que utilizado de forma razoável e proporcional pelo magistrado.

Os métodos de pesquisa serão o dedutivo e o dialético, por meio dos quais serão utilizadas coletas de dados com consulta de livros, artigos científicos e trabalhos publicados em plataforma de base de dados: repositório da Universidade Federal de Alagoas, QUALIS, CAPES e Google Acadêmico.

³ Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

IV – determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

⁴ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 453.870 – PR** (2018/0138962-0). Impetrante: Aldamira Geralda de Almeida Affornalli e outros. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília: DJe de 15/08/2019, Disponível em: http://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAordao?num_registro=201801389620&dt_publicacao=15/08/2019. Acesso em: 20 abri. 2024.

⁵ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5941**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília. Disponível <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5458217>. Acesso em: 20 abri. 2024.

Utilizou-se, ainda, na elaboração do presente trabalho, metodologia destinada à análise das decisões proferidas na ADI 5941, do Supremo Tribunal Federal, e HC 453.870/PR, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Na primeira seção do trabalho serão abordados os pontos relevantes da tutela jurisdicional executiva, bem como o direito fundamental à execução e seus princípios.

No segundo momento serão apresentadas as medidas executivas atípicas no Código de Processo Civil de 2015, bem como o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADI 5941/DF, e análise de julgados proferidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região na aplicação das medidas executivas atípicas.

Será feita na última sessão a abordagem quanto à (in)aplicabilidade das medidas executivas atípicas nas execuções fiscais, bem como a análise do HC nº 453.870/PR, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, nas quais será mostrada a necessidade de se utilizar as medidas executivas atípicas no art. 139, IV, do CPC/2015, aos feitos de execução fiscal.

2 PONTOS RELEVANTES DA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA

O sistema processual pátrio tem entendido a execução como um conjunto de meios materiais, à disposição do juízo, para a satisfação de uma obrigação certa, líquida e exigível nos termos do art. 783, do CPC.

Moacyr Amaral Santos conceitua o processo de execução como

“O processo que se instaura com a ação de execução destina-se a realizar a sanção, e, assim, a assegurar a eficácia prática do título executivo. Desenvolve-se por meio de atos consistentes em medidas coativas, por via dos quais se transforma a situação de fato existente na situação ordenada pelo título executivo. Se este ordena a entrega de imóvel, imite-se o exequente na sua posse; se ordena demolir uma obra, faz-se a demolição; se ordena construir um muro, procede-se à sua construção; se ordena pagar certa quantia, apreendem-se bens do devedor para sua transformação em dinheiro e pagamento do credor etc; As atividades a isso destinadas independem do concurso do executado, pois se realizam a despeito da sua resistência e mesmo contra a sua vontade, pelo órgão jurisdicional ou, mediante determinação deste, por órgãos inferiores do aparelhamento judiciário.”⁶

Para Fredie Didier, para que a execução, mais especificamente a execução forçada, cumpra seu objetivo de maneira satisfatória é necessária a observância de determinados princípios executivos dentre os quais podemos citar o princípio da efetividade, o princípio da boa-fé processual, o princípio da responsabilidade patrimonial, o princípio da primazia da

⁶ SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva. 20 ed., 2003, p. 275.

tutela específica, o princípio do contraditório, o princípio da menor onerosidade da execução, o princípio da cooperação, o princípio da proporcionalidade, o princípio da adequação, o princípio do autorregramento da vontade na execução e, por fim, o princípio da tipicidade e da atipicidade dos meios executivos.⁷

O princípio da efetividade pode ser traduzido como a concretização da prestação jurisdicional, sendo encontrado constitucionalmente no art. 5º, XXXV (garantia do acesso à justiça), LVI (devido processo legal), LXXVIII (duração razoável do processo e celeridade) e art. 37 (eficiência).

Marcelo Lima Guerra expõe que o princípio da efetividade assegura o direito fundamental à tutela executiva consistindo numa “exigência de um sistema completo de tutela executiva, no qual existem meios executivos capazes de proporcionar pronta e integral satisfação a qualquer direito merecedor da tutela executiva”.⁸

A fim de se concretizar os valores fundamentais do credor na execução civil, faz-se necessária a observância de três pilares, como citado do Marcelo Lima Guerra, quais sejam:

a) o juiz tem o poder-dever de interpretar as normas relativas aos meios executivos de forma a extrair delas um significado que assegure a maior proteção e efetividade ao direito fundamental à tutela executiva; b) o juiz tem o poder-dever de deixar de aplicar normas que imponham uma restrição a um meio executivo, sempre que tal restrição – a qual melhor caracteriza-se, insista-se, uma restrição ao direito fundamental à tutela executiva – não for justificável pela proteção devida a outro direito fundamental, que venha a prevalecer, no caso concreto, sobre o direito fundamental à tutela executiva; c) o juiz tem o poder-dever de adotar os meios executivos que se revelem necessários à prestação integral de tutela executiva, mesmo que não previstos em lei, e ainda que expressamente vedados em lei, desde que observados os limites impostos por eventuais direitos fundamentais colidentes àquele relativo aos meios executivos.”⁹

O CPC, em seus arts. 4 e 6º, reforçou o princípio da efetividade como norma fundamental do processo civil brasileiro, reforçando a constitucionalização do direito processual, quando preveem que as partes têm o direito à razoável duração do processo e a uma decisão de mérito justa e efetiva.

Assim, no caso concreto o órgão julgador irá sopesar o direito do credor em ter seu crédito garantido e, do outro, o do devedor de ter seu patrimônio garantido face aos excessos de um processo executivo.

Sobre o tema, Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão assevera que:

⁷ DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Execução**, 11.ed. ver., ampl. atual. Salvador: JusPodivm, 2021, v. 5, p. 41.

⁸ GUERRA, Marcelo Lima. **Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil**. São Paulo: RT, 2002, p.102.

⁹ GUERRA, Marcelo Lima. Ob. cit., p. 103-104.

“esse status normativo da cláusula geral de efetivação é necessário para viabilizar a solução de questões complexas da execução jurisdicional que precisam ser tratadas no nível de colisão de princípios constitucionais. Algumas intervenções e meios executórios invadem área do patrimônio jurídico do executado que, em princípio, poderiam ser consideradas violadoras de garantias constitucionais do devedor, mas tornam-se legítimas por preponderar no caso concreto o direito ao acesso à justiça em sua dimensão de efetividade jurisdicional.”¹⁰

Por sua vez, o princípio da menor onerosidade da execução, ou menor gravidade, encontra-se disposto no art. 805 do CPC quando dispõe que “quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado”.

Para Daniel Neves “é evidente que tal princípio deve ser interpretado à luz do princípio da efetividade da tutela executiva, sem a qual o processo não passa de enganação. O exequente tem direito à satisfação de seu direito, e no caminho para a sua obtenção, naturalmente criará gravames ao executado. O que se pretende evitar é o exagero desnecessário de tais gravames. Esse é um dos motivos para não permitir que um bem do devedor seja alienado em hasta pública por preço vil (art. 692 do CPC).”¹¹

Pontue-se, por oportuno, que as medidas atípicas não se confundem com punição a devedores que não detêm meios de adimplir suas obrigações, devendo ser deferidas de forma subsidiária. Nesse sentido é a jurisprudência dominante no STJ:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. MEDIDAS ATÍPICAS (EXCEPCIONAIS). APREENSÃO DE PASSAPORTE. SUSPENSÃO DE CNH. CARÁTER SANCIONATÓRIO. VERIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 2. Admite-se a adoção, em caráter subsidiário (isto é, após a utilização das vias executivas típicas), de medidas alternativas (atípicas) voltadas à satisfação de crédito objeto de execução, **desde que sejam razoáveis, proporcionais e adequadas, observando-se o princípio da menor onerosidade/gravosidade e as particularidades do caso concreto. É necessário demonstrar a efetividade da medida pleiteada, e não apenas que a parte devedora não possui patrimônio para pagar a dívida.** Não são endossadas medidas que guardam caráter de punição/penalidade/sanção à parte devedora, pois tal resultado não se coaduna com a finalidade da execução. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp n. 1.957.953/RJ, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 31/8/2023). Grifei.

¹⁰ ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. Fundamentos e parâmetros para utilização de medidas executórias atípicas. **Revista ANNEP de Direito Processual**. Vol 1, nº 1, art. 5, 2020. Disponível em <https://revistaannep.com.br/index.php/radp/article/view/5>. Acesso em: 19 maio 2024.

¹¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de processo civil**. 5.ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2013, p. 813.

Em relação ao princípio da responsabilidade patrimonial ou realidade o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei (art. 789, do CPC).

Em tempos passados o devedor poderia sofrer penas pessoais, a exemplo de morte, esquarteramento e escravização para garantir o pagamento de dívidas em violação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Pontue-se que nem mesmo a prisão civil nos casos de devedor voluntário e inescusável de alimentos pode ser considerado uma exceção a esse princípio, já que o encarceramento não era a forma de satisfação da obrigação, sendo mero meio de coerção, conforme entendimento de Daniel Amorim Assumpção Neves e Humberto Theodoro Júnior.

De todo modo, ainda que haja uma atenuação da patrimonialidade, não se pode ignorar a evolução humanitária e a proteção da dignidade da pessoa humana na execução, sendo certo que qualquer desvirtuamento da finalidade executiva que direcione para uma ideia punitiva deve ser imediatamente corrigido.¹²

Por fim, os princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos. Segundo Marcelo Abelha

“(…) A adoção do “princípio da atipicidade dos meios executivos” encontra-se expressamente prevista no art. 139, IV, do CPC, e consagra, de uma vez por todas a postura irreversível do legislador brasileiro de transformar o papel e a atuação do magistrado, de mero espectador (fruto de um Estado liberalista) em partícipe (Estado social intervencionista), na busca da efetividade da tutela jurisdicional. Porquanto o manuseio dos meios executivos esteja atualmente entregue à “escolha do magistrado – que, diante do caso concreto e para atender de forma justa e tempestiva o direito material, poderá utilizar o meio adequado para obter o melhor rendimento jurisdicional-, não vemos aí nenhum ponto de discricionariedade judicial, tendo em vista que a opção, além de ser a “adequada” para a hipótese, deve ser fundamentada, aliás, como toda e qualquer decisão. O limite natural dessa escolha, e que o juiz não pode perder de vista, é o de que, havendo mais de um meio adequado, a escolha deve ser feita de modo a acarretar o menor sacrifício possível ao devedor, tal qual determina o art. 825 do CPC.¹³

Diante do exposto, é de relevante importância a análise das medidas executivas atípicas que será feita no decorrer do presente artigo.

3 MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO PROCESSO CIVIL

¹² ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. Fundamentos e parâmetros para utilização de medidas executórias atípicas. **Revista ANNEP de Direito Processual**. Vol 1, nº 1, Art. 5, 2020. Disponível em <https://revistaannep.com.br/index.php/radp/article/view/5>. Acesso em: 19 maio 2024.

¹³ ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil (livro eletrônico)**, 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 63-64.

A tutela executiva ocorre quando o credor aciona o Poder Judiciário para assegurar o cumprimento integral de uma obrigação estabelecida em um título judicial ou extrajudicial. Nesse sentido, tem-se que a tutela executiva pressupõe a ocorrência de inadimplemento de uma prestação obrigacional anterior, seja ela de dar, fazer ou não fazer. Portanto, a execução forçada presta-se a efetivar a obrigação devida.¹⁴

No desiderato de resolver o processo executivo o órgão judicial utilizará de meios de execução, para a concretização do direito do credor. Assim, na atividade executiva o juiz utilizará os meios de sub-rogação e os meios de coerção.

Nos meios de sub-rogação o Estado-juiz realiza a atividade que seria semelhante àquela realizada pelo próprio devedor. Por sua vez, os meios de coerção seriam os meios destinados a compelir o próprio executado a agir.

Luiz Fux adiciona:

A ‘execução’ visa, em suma, à satisfação do credor e, para esse fim, utiliza-se de técnicas que se submetem a duas categorias, a saber: ‘técnicas de sub-rogação’ e ‘técnicas de coerção’. O Estado, no afã de satisfazer o credor, ou substitui o devedor e realiza a prestação devida às expensas do patrimônio do devedor, como, v. g., quando expropria os seus bens para satisfazer o credor, ou escolhe um terceiro às expensas do devedor para prestar o serviço sonogado, ou pressionar o devedor ameaçando-lhe impor um sacrifício pessoal (prisão) ou patrimonial (multa diária), como ocorre com a determinação judicial de pagamento de pensão alimentícia sob pena de prisão ou no caso de incidência de multa diária até que se desfaça uma transgressão a um non facere previsto em lei. No primeiro caso, quando há atividade substitutiva, denomina-se essa técnica ‘meio de sub-rogação’; na segunda hipótese, em que há ‘pressão’ sobre a pessoa ou o patrimônio do devedor; trata-se, aqui, do ‘meio de coerção’.¹⁵

Por muito tempo vigorou no direito processual brasileiro o princípio da tipicidade das medidas executivas, segundo o qual o órgão julgador somente poderia proceder a execução através de meios executivos expressamente previstos em lei.¹⁶

Diante da modernidade e da complexidade das relações os meios típicos não se mostram eficazes para a garantia da tutela executiva, havendo, portanto, “uma tendência no direito processual brasileiro de ampliação dos poderes executivos do magistrado, dando lugar ao princípio da atipicidade, através do qual o órgão julgador passa a se valer dos meios que considerar mais adequados no caso concreto para garantir a efetivação da tutela jurisdicional.”¹⁷

¹⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução**, 23 ed. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2005.

¹⁵ FUX, Luiz. **O novo processo civil**, Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 1260.

¹⁶ DIDIER JR. Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarna; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Diretrizes para a concretização das cláusulas gerais executivas dos arts. 139, IV, 297 e 536, §1º, do CPC. Thomson Reuters, **Revista do Processo**, v. 267/2017, maio/2017, p.02.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

A aplicação de meios executivos atípicos ingressou no ordenamento jurídico brasileiro através do art. 84 do Código de Defesa do Consumidor sem especificar de forma precisa quais seriam essas medidas.¹⁸

Posteriormente, o CPC de 1973, em seu art. 461, passou a prever a utilização dessas medidas tanto para as execuções de título judicial relativas a obrigações de fazer e não fazer e entrega de coisa.

No Código de Processo Civil de 2015, a atipicidade dos meios executivos decorre especialmente de três dispositivos: o art. 297, o §1º do art. 536, e o art. 139, inciso IV.¹⁹

Com o diploma processual civil de 2015 as medidas executivas atípicas foram estendidas para qualquer forma de tutela executiva, inclusive para as obrigações pecuniárias.

Assim, o poder geral de efetivação, previsto no art. 139, IV, do CPC, conferiu ao julgador a possibilidade de adaptar o procedimento para garantir o cumprimento de qualquer ordem judicial, inclusive no âmbito do cumprimento de sentença e no processo de execução baseado em títulos extrajudiciais, nos termos enunciados do item 48 do ENFAM.²⁰

Em que pese a possibilidade de utilização de meios executivos atípicos conferido ao órgão julgador, tais medidas devem ser utilizadas com parcimônia, evitando-se excessos e protegendo os direitos fundamentais dos executados.

Diante das divergências entre doutrinadores e aplicadores do direito quanto à constitucionalidade das medidas atípicas, o Partido do Trabalhadores ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade n 5.941/DF, requerendo a declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, de modo a excluir da incidência desses dispositivos as medidas coercitivas, indutivas e sub-rogatórias de apreensão da carteira nacional de habilitação e/ou suspensão do direito de dirigir, a apreensão de passaporte, a proibição de participação em concurso público e a proibição de participação em licitação pública.

O partido político defendeu que o uso das cláusulas gerais de efetivação de modo geral poderá ocasionar violação de direitos fundamentais. Defendeu o postulante que a utilização da apreensão do passaporte e da carteira nacional de habilitação como medida executiva atípica representa violação ao direito da liberdade de locomoção (art. 5º, XV e LIV, da CRF/88) e a dignidade da pessoa humana (art.1º, III, da CRFB/88). Da mesma forma,

¹⁸ DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros. Medidas Executivas Atípicas: avaliação da possibilidade de sua utilização no bojo das execuções fiscais. **Revista da Advocacia Pública Federal**, v. 4, n. 1,1106/07/2020, p.182/183, Acesso em: 15 maio 2024.

¹⁹ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarna; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Ob. Cit., p.02

²⁰ <https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

entende que aquelas medidas são absolutamente desproporcionais e desarrazoadas, ainda que diante de uma análise prévia e abstrata.²¹

Quando do julgamento da ADI n. 5941, o STF, nos termos do voto do Min. Relator Luiz Fux, proclamou: "constitucional o dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) que autoriza o juiz a determinar medidas coercitivas necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, como a apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de passaporte, a suspensão do direito de dirigir e a proibição de participação em concurso e licitação pública”.

Acompanhado pela maioria do Plenário, o voto do ministro relator Luiz Fux considerou que o legislador buscou propiciar aos magistrados instrumentos suficientes e necessários para a garantia da efetividade de suas decisões. Sustentou que é inconcebível, a seu sentir, que o Poder Judiciário, destinado à solução de litígios, não tenha a prerrogativa de fazer valer os seus julgados. Destacou, ainda, contudo, que o juiz deve obedecer aos valores especificados no próprio ordenamento jurídico de resguardar e promover a dignidade da pessoa humana, além de observar a proporcionalidade e a razoabilidade da medida e aplicá-la de modo menos gravoso ao executado. Para o relator, a adequação da medida deve ser analisada caso a caso, e qualquer abuso na sua aplicação poderá ser coibido mediante recurso.

No entanto, o ministro Edson Fachin votou parcialmente divergente para limitar a possibilidade de restrição dos meios atípicos às hipóteses de devedor de alimentos, visto ser a única hipótese em que o ordenamento admitiria a prisão civil. Para Fachin, o devedor não pode ser sancionado com medidas restritivas de sua liberdade ou direitos fundamentais, em virtude da não quitação de sua dívida, exceto no caso da dívida de alimentos, pois, a seu ver, tal entendimento não seria consentâneo com a Constituição e o próprio Estado democrático de Direito.

Registre-se, contudo, que, embora o voto vencedor tenha reconhecido os meios executivos atípicos aos diversos tipos de execução, tal declaração não pode ser considerada uma carta branca para os magistrados deferirem qualquer medida para satisfação do crédito. Deixou o relator consignado que deverão ser respeitados os direitos fundamentais e os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da dignidade da pessoa humana.

Diante da importância da matéria tratada pelo STF, colaciono a ementa da ADI 5.941/DF:

²¹ BRASIL. STF, **AÇÃO Direta de Inconstitucionalidade. 5.941/DF**. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=747678346&prcID=5500542>. Acesso em: 24 maio 2024.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. OS ARTIGOS 139, IV; 380, PARÁGRAFO ÚNICO; 400, PARÁGRAFO ÚNICO; 403, PARÁGRAFO ÚNICO; 536, CAPUT E §1º E 773, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MEDIDAS COERCITIVAS, INDUTIVAS OU SUB-ROGATÓRIAS. ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, SEM REDUÇÃO DE TEXTO, PARA AFASTAR, EM QUALQUER HIPÓTESE, A POSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO JUDICIAL DE MEDIDAS COERCITIVAS, INDUTIVAS OU SUB-ROGATÓRIAS CONSISTENTES EM SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR, APREENSÃO DE PASSAPORTE E PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS OU EM LICITAÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À PROPORCIONALIDADE. MEDIDAS QUE VISAM A TUTELAR AS GARANTIAS DE ACESSO À JUSTIÇA E DE EFETIVIDADE E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO ABSTRATA E APRIORÍSTICA DA DIGNIDADE DO DEVEDOR. AÇÃO CONHECIDA E JULGADA IMPROCEDENTE. 1. O acesso à justiça reclama tutela judicial tempestiva, específica e efetiva sob o ângulo da sua realização prática. 2. A morosidade e inefetividade das decisões judiciais são lesivas a toda a sociedade, porquanto, para além dos efeitos diretos sobre as partes do processo, são repartidos pela coletividade os custos decorrentes da manutenção da estrutura institucional do Poder Judiciário, da movimentação da sua máquina e da prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. 3. A efetividade e celeridade das decisões judiciais constitui uma das linhas mestras do processo civil contemporâneo, como se infere da inclusão, no texto constitucional, da garantia expressa da razoável duração do processo (artigo 5º, LXXVIII, após a Emenda Constitucional nº 45/2004) e da positivação, pelo Novo Código de Processo Civil, do direito das partes “de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa” (grifei). 4. A execução ou satisfação daquilo que devido representa verdadeiro gargalo na prestação jurisdicional brasileira, mercê de os estímulos gerados pela legislação não terem logrado suplantar o cenário prevalente, marcado pela desconformidade geral e pela busca por medidas protelatórias e subterfúgios que permitem ao devedor se evadir de suas obrigações. 5. Os poderes do juiz no processo, por conseguinte, incluem “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária” (artigo 139, IV), obedecidos o devido processo legal, a proporcionalidade, a eficiência, e, notadamente, a sistemática positivada no próprio NCPC, cuja leitura deve ser contextualizada e razoável à luz do texto legal. 6. A amplitude semântica das cláusulas gerais permite ao intérprete/aplicador maior liberdade na concretização da fattispecie – o que, evidentemente, não o isenta do dever de motivação e de observar os direitos fundamentais e as demais normas do ordenamento jurídico e, em especial, o princípio da proporcionalidade. 7. A significação de um mandamento normativo é alcançada quando se agrega, à filtragem constitucional, a interpretação sistemática da legislação infraconstitucional – do contrário, de nada aproveitaria a edição de códigos, microssistemas, leis interpretativas, meta-normas e cláusulas gerais. Essa assertiva assume ainda maior relevância diante do Direito codificado: o intérprete não pode permanecer indiferente ao esforço sistematizador inerente à elaboração de um código, mercê de se exigir do Legislador a repetição, ad nauseam, de preceitos normativos já explanados em títulos, capítulos e seções anteriores. 8. A correção da proporcionalidade das medidas executivas impostas pelo Poder Judiciário reside no sistema recursal consagrado pelo NCPC. 9. A flexibilização da tipicidade dos meios executivos visa a dar concreção à dimensão dialética do processo, porquanto o dever de buscar efetividade e razoável duração do processo é imputável não apenas ao Estado-juiz, mas, igualmente, às partes. 10. O Poder Judiciário deve gozar de instrumentos de enforcement e accountability do comportamento esperado das partes, evitando que situações antijurídicas sejam perpetuadas a despeito da existência de ordens judiciais e em razão da violação dos deveres de cooperação e boa-fé das partes – o que não se confunde com a punição a devedores que não detêm meios de adimplir suas obrigações. 11. A variabilidade e dinamicidade dos cenários

com os quais as Cortes podem se deparar (e.g. tutelas ao meio ambiente, à probidade administrativa, à dignidade do credor que demanda prestação essencial à sua subsistência, ao erário e patrimônio públicos), torna impossível dizer, a priori, qual o valor jurídico a ter precedência, de modo que se impõe estabelecer o emprego do raciocínio ponderativo para verificar, no caso concreto, o escopo e a proporcionalidade da medida executiva, vis-à-vis a liberdade e autonomia da parte devedora. 12. In casu, o argumento da eventual possibilidade teórica de restrição irrazoável da liberdade do cidadão, por meio da aplicação das medidas de apreensão de carteira nacional de habilitação e/ou suspensão do direito de dirigir, apreensão de passaporte, proibição de participação em concurso público e proibição de participação em licitação pública, é imprestável a sustentar, só por si, a inconstitucionalidade desses meios executivos, máxime porque a sua adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito apenas ficará clara à luz das peculiaridades e provas existentes nos autos. 13. A excessiva demora e ineficiência do cumprimento das decisões judiciais, sob a perspectiva da análise econômica do direito, é um dos fatores integrantes do processo decisório de escolha racional realizado pelo agente quando deparado com os incentivos atinentes à propositura de uma ação, à interposição de um recurso, à celebração de um acordo e à resistência a uma execução. Num cenário de inefetividade generalizada das decisões judiciais, é possível que o devedor não tenha incentivos para colaborar na relação processual, mas, ao contrário, seja motivado a adotar medidas protelatórias, contexto em que, longe de apresentar estímulos para a atuação proba, célere e cooperativa das partes no processo, a legislação (e sua respectiva aplicação pelos julgadores) estará promovendo incentivos perversos, com maiores payoffs apontando para o descumprimento das determinações exaradas pelo Poder Judiciário. 14. A efetividade no cumprimento das ordens judiciais, destarte, não serve apenas para beneficiar o credor que logra obter seu pagamento ao fim do processo, mas incentiva, adicionalmente, uma postura cooperativa dos litigantes durante todas as fases processuais, contribuindo, inclusive, para a redução da quantidade e duração dos litígios. 15. In casu, não se pode concluir pela inconstitucionalidade de toda e qualquer hipótese de aplicação dos meios atípicos indicados na inicial, mercê de este entendimento, levado ao extremo, rechaçar quaisquer espaços de discricionariedade judicial e inviabilizar, inclusive, o exercício da jurisdição, enquanto atividade eminentemente criativa que é. Inviável, pois, pretender, apriorística e abstratamente, retirar determinadas medidas do leque de ferramentas disponíveis ao magistrado para fazer valer o provimento jurisdicional. 16. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e, no mérito, julgada improcedente. (STF, ADI 5.948/DF Tribunal Pleno, Ministro Relator Luiz Fux, DJ 09/02/2023, Data da Publicação: 28/04/2023).²²

Nessa mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o disposto no art. 139, IV, do CPC, não permite a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva. Nesse sentido é o julgamento do REsp. n.1.896.421/SP, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. APLICAÇÃO DE MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO, EM TESE. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO. 1. Execução ajuizada em 17/9/2012. Recurso especial interposto em 7/10/2019. Autos conclusos à Relatora em 21/10/2020. 2. O propósito recursal é definir se é possível, na hipótese, a adoção de medidas executivas atípicas pelo juiz condutor do processo. 3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV). 4. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico

²² BRASIL, STF, ADI 5.948/DF Tribunal Pleno, Ministro Relator Luiz Fux, DJ 09/02/2023, Data da Publicação: 28/04/2023. Acesso em: 24 maio 2024.

revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos. 5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico. 6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade. 7. Situação concreta em que as circunstâncias definidas neste julgamento não foram devidamente sopesadas pelo Tribunal de origem, sendo de rigor a reforma do julgado. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ - REsp: 1896421 SP 2020/0243170-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/04/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2021)²³

Seguindo o entendimento das Cortes Superiores, o Tribunal Regional da 5ª Região vem decidindo acerca do uso das medidas executivas atípicas nas execuções desde que sejam respeitados a proporcionalidade e razoabilidade. Nesse sentido, trago à colação os seguintes julgados:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNIÃO FEDERAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDAS EXECUTÓRIAS COERCITIVAS ATÍPICAS. DESÍDIA DO AGRAVADO. SUSPENSÃO DA CNH. APREENSÃO DO PASSAPORTE. CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. UTILIDADE DA MEDIDA NÃO DEMONSTRADA. CARÁTER PUNITIVO E NÃO SATISFATÓRIO. IMPROVIMENTO.

1. Controverte-se o caso sobre a possibilidade de ser adotada medida executória coercitiva em face do agravado, a fim de satisfazer o crédito, quais sejam, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, apreensão de passaporte e cancelamento ou suspensão dos cartões de crédito do mesmo.
2. As medidas executórias devem ser eficazes para a pretensão de satisfação do crédito, sob pena de se reverterem em mera punição, configurada como sanção processual. Não se pode permitir que a busca pela efetividade do processo de execução justifique a adoção de medidas executivas atípicas que atinjam de forma desproporcional os direitos e liberdades assegurados pela Constituição Federal.
3. Revestindo-se de medida de cunho mais punitivo do que satisfatório, o que conflita com o princípio da menor onerosidade da execução.
4. Agravo de instrumento improvido.

(PROCESSO: 08062218620204050000, AGRAVO DE INSTRUMENTO, DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, 2ª TURMA, JULGAMENTO: 29/08/2023)"

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA CNH E DO PASSAPORTE DO DEVEDOR. IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CONSTRITIVA ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC. DESCABIMENTO.

²³ BRASIL, STJ - REsp: 1896421 SP 2020/0243170-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/04/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2021. Acesso em: 24 maio 2024.

OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DAS MEDIDAS. PRECEDENTES DESTA CORTE REGIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Le Chef Empreendimentos LTDA - ME e Geane Batista Araújo contra a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Federal/SE que, nos autos da execução de título extrajudicial nº 0805813-77.2018.4.05.8500, determinou a suspensão da Carteira Nacional (CNH) e do passaporte da executada GEANE BATISTA ARAÚJO, além da inclusão da restrição de circulação dos veículos em nome da executada/LE CHEF EMPREENDIMENTOS LTDA - ME via sistema Renajud. .
2. Em suas razões recursais, os agravantes alegam, em síntese, o seguinte: 1) as medidas coercitivas atípicas aplicadas pelo magistrado ultrapassam os limites da proporcionalidade e da razoabilidade; 2) a execução deve recair sobre o patrimônio do devedor, não sobre a pessoa deste. Requer, ao final, o provimento do recurso, para que seja revista a decisão.
3. Cinge-se a controvérsia em perquirir a possibilidade de aplicar medida executória atípica consistente na suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e do passaporte do devedor na execução de título extrajudicial, a fim de compeli-lo a realizar o adimplemento da dívida.
4. O art. 139, IV, do CPC, autoriza o magistrado, em nome do princípio da efetivação da atividade jurisdicional, "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária". Não obstante, estas medidas devem guardar proporcionalidade com a situação posta e terem ao menos indício de efetividade. No caso, inexistente qualquer indicativo de que a suspensão da CNH e do passaporte da agravante contribuirá para o êxito do processo executivo.
5. A orientação jurisprudencial do STJ é no sentido de que "as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os limites de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes" (STJ AgInt no AREsp nº 1.842.842/MG, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 18/02/2022). [STJ, AgInt no REsp nº 1.851.785/RO, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 20/8/2021; AgInt nos EDcl no AREsp nº 1.731.859/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/5/2021; HC nº 453.870/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 15/08/2019; AgInt no AREsp nº 1.233.016/SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 17/04/2018].
6. Já decidiu este TRF da 5ª Região que "as medidas pretendidas possuem nítido caráter punitivo, gozando de desproporcionalidade e irrazoabilidade. Ora, se a adoção das medidas atípicas requestadas não tem o escopo de promover a satisfação do crédito, e sim de punir a parte executada, não é cabível aplicá-las." (TRF5, AG/PB 0815453-93.2018.4.05.0000, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Julgamento: 12/11/2019). No mesmo sentido: AG/AL nº 0810130-05.2021.4.05.0000, Rel. Des. Fed. Roberto Machado, Primeira Turma, Julgamento: 18/11/2021; AG/CE nº 0812578-82.2020.4.05.0000, Rel. Des. Fed. Manoel de Oliveira Erhardt, Quarta Turma, Julgamento: 23/02/2021; AG/PB nº 0811832-54.2019.4.05.0000, Rel. Des. Fed. Fernando Braga Damasceno, Terceira Turma, Julgamento: 26/03/2020; e AG/CE nº 0813340-98.2020.4.05.0000, Rel. Des. Fed. Alexandre Luna Freire, Primeira Turma, Julgamento: 11/03/2021.
7. Nesse contexto, em virtude da desproporcionalidade, cumulada com sua questionável efetividade, não há como se deferir as providências atípicas pleiteadas (suspensão de CNH e passaporte), devendo ser reformada a decisão recorrida proferida em desacordo com a jurisprudência desta Corte Regional e do STJ.
8. Agravo de instrumento provido.

(PROCESSO: 08076698920234050000, AGRAVO DE INSTRUMENTO, DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO, 7ª TURMA, JULGAMENTO: 15/08/2023).

Diante dos julgados acima expostos, conclui-se que o juiz, no exercício da atividade jurisdicional, detém muito mais responsabilidades e deveres do que poder, de modo que, ao aplicar a cláusula geral de efetivação, deverá seguir uma série de balizas e demonstrar formal e tecnicamente a razão da escolha de determinada medida e o porquê daquela opção ser a melhor para o caso concreto.²⁴

4 (IN)APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL

A Lei nº 6.830/80, em seu art. 2º, define o que é execução fiscal levando em consideração dois fatores: de um lado, seu sujeito ativo; de outro, o correspondente objeto.²⁵

Dessa forma, as execuções fiscais, espécie de execução por quantia certa, consiste no procedimento pelo qual a Fazenda Pública, isto é, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações figuram no polo ativo da demanda, buscando a satisfação dos créditos inscritos em dívida ativa.

Levando em consideração a definição de Paulo César Conrado, extrai-se que o quê a Fazenda Pública visa cobrar na execução fiscal não se refere a todo e qualquer crédito público, mas sim aquele líquido, certo, exigível e inscrito em dívida ativa.

Neste sentido define Marilei Fortuna Godoi a dívida ativa:

(...) como o crédito de natureza tributária ou não-tributária de titularidade de algum dos entes federativos, seja qual for a sua origem, desde que presentes os atributos de liquidez e certeza, certificados em procedimento prévio e legalmente disciplinado englobando, inclusive, a atualização monetária, os juros, a multa ou quaisquer outros encargos, definidos em lei ou contrato incidente sobre o valor do crédito.²⁶

Mesmo havendo um microsistema processual de executivo fiscal, o art. 1º da LEF consolida a aplicação no CPC naquilo em que ela for omissa e desde que não haja contrariedade entre os diplomas legais.

Diante da possibilidade de aplicação subsidiária do CPC às execuções fiscais ocorrem discussões na doutrina e na jurisprudência quanto à possibilidade de utilização das medidas executivas atípicas nestes feitos, a exemplo da apreensão de passaporte, suspensão de CNH e participação em concurso e licitação públicos.

²⁴ VIEIRA, Luciano Henrik Silveira Vieira. **Atipicidade dos meios executivos: da sanha sancionatória à violação de preceitos garantidores do Estado Democrático de Direito** In: TALAMANI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji. Coleção Grandes Temas do Novo CPC: **Medidas Executivas Atípicas**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, p. 493.

²⁵ CONRADO, Paulo César. **Execução Fiscal**. 4. Ed. Ver. e ampl. São Paulo: Noeses, 2020, p. 22.

²⁶ GODOI, Marilei Fortuna. **Formação do Título Executivo**. In: Execução Fiscal Aplicada – Análise Pragmática do Processo de Execução Fiscal org. MELO FILHO, João Aurino de, 11. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2024, p.41.

O julgamento central do tema foi o Habeas Corpus 453.870/DF, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

HABEAS CORPUS Nº 453.870 - PR (2018/0138962-0) RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; IMPETRANTE: ALDAMIRA GERALDA DE ALMEIDA AFFORNALLI E OUTROS; ADVOGADOS: MARCOS VINÍCIUS AFFORNALLI - PR016246, ALDAMIRA GERALDA DE ALMEIDA AFFORNALLI - PR023143, BRUNA CAROLINE DE ALMEIDA AFFORNALLI - PR079697; IMPETRADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, PACIENTE: CELSO SÂMIS DA SILVA. DECISÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO SANCIONADOR. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITO DE IR E VIR, CUJA PROTEÇÃO É DEMANDADA NO PRESENTE HABEAS CORPUS, COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR. CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FASE DE EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR. PENALIDADE DE REPARAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. MEDIDAS CONSTRUCTIVAS DETERMINADAS PELA CORTE ARAUCARIANA PARA GARANTIR O DÉBITO, EM ORDEM A INSCREVER O NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES, APREENDER PASSAPORTE E SUSPENDER CARTEIRA DE HABILITAÇÃO. CONTEXTO ECONÔMICO QUE PRESTIGIA A LEX MERCATORIA NAS EXECUÇÕES COMUNS, NORTEANDO A SATISFAÇÃO DE CRÉDITOS COM ALTO RISCO DE INADIMPLEMENTO. RECONHECIMENTO DE QUE NÃO SE APLICA ÀS EXECUÇÕES FISCAIS O ALUDIDO POSTULADO ECONÔMICO, ESPECIALMENTE PORQUE O PODER PÚBLICO JÁ É DOTADO PELA LEI 6.830/1980 DE ALTÍSSIMOS PRIVILÉGIOS PROCESSUAIS, QUE NÃO JUSTIFICAM O EMPREGO DE ADICIONAIS MEDIDAS AFLITIVAS FRENTE À PESSOA DO EXECUTADO. ADEMAIS, CONSTATA-SE A DESPROPORÇÃO DO ATO APONTADO COMO COATOR, POIS O EXECUTIVO FISCAL JÁ CONTA COM A PENHORA DE 30% DOS VENCIMENTOS DO RÉU. LIMINAR EM HABEAS CORPUS CONCEDIDA, EM ORDEM A DETERMINAR A EXCLUSÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS CONSTANTES DO ARESTO DO TJ/PR APONTADO COMO COATOR, QUAIS SEJAM, (I) A SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, (II) A APREENSÃO DO PASSAPORTE, DEFERINDO A ORDEM POR ESTA DECISÃO, SEM QUALQUER ANTECIPAÇÃO QUANTO À SOLUÇÃO FINAL DA PRESENTE IMPETRAÇÃO, CONTUDO. 1. Trata-se de Pedido de Habeas Corpus impetrado por ALDAMIRA GERALDA DE ALMEIDA AFFORNALLI, Advogada, em favor de CELSO SAMIS DA SILVA, que figura como parte executada em Execução Fiscal promovida pela FAZENDA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR, a partir do qual objetiva a concessão de medida assecuratória do direito e ir e vir frente ao acórdão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ora apontado como autoridade coatora, que determinou a efetuação de medidas constrictivas: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. APLICAÇÃO DE TÉCNICAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. APREENSÃO DE PASSAPORTE E SUSPENSÃO DE CNH. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO SINGULAR. IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 139, IV DO CPC. ENTENDIMENTO DO ENUNCIADO 48 DA ENFAM. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. REFORMA DA DECISÃO SINGULAR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (fls. 189/197). 2. As razões que motivaram o impetrante a postular remédio constitucional residem no argumento de que houve arbítrio da autoridade ao deferir medidas restritivas de direito na Execução Fiscal de origem, qualificadas por restrição ao uso de passaporte e por suspensão de Carteira de Habilitação. Salieta que não praticou atos de recalcitrância no feito executório e que as providências autorizadas pelo Tribunal Araucariano se dirigem à aflição

pessoal do réu e não aos seus bens. Assevera a desproporciolidade da medida, porquanto já está respondendo pela dívida com a penhora de 30% de seus vencimentos. Afirma que a restrição do uso de passaporte lhe causa prejuízo, uma vez que reside em área de fronteira, em que é corriqueira a passagem para países como Paraguai e Argentina, e que a suspensão da Carteira de Habilitação o impede de comparecer ao trabalho e de transportar seus filhos ao colégio. Pede a concessão de medida liminar, em ordem a extirpar a coação ilegal praticada pela Corte de origem. 3. Em síntese, é o relatório. Decido. **4. A discussão lançada na espécie cinge-se à aplicação, no executivo fiscal, de medidas atípicas que obriguem o réu a efetuar o pagamento de dívida.** 5. Inicialmente, não se duvida que incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária. É a dicção do art. 139, IV do Código Fux. 6. No afã de cumprir essa diretriz, são pródigas as notícias que dão conta da determinação praticada por Magistrados do País que optaram, no curso de processos de execução, em limitar o uso de passaporte, suspender a Carteira de Habilitação para dirigir e inscrever o nome do devedor no cadastro de inadimplentes. Tudo isso é feito para estimular o réu a efetuar o pagamento, quando arrosta situação constrangedora de alguns de seus direitos. 7. Não há dúvida de que, em muitos casos, as providências são assim tomadas não apenas para garantir a satisfação do direito creditício do exequente, mas também para salvaguardar o prestígio do Poder Judiciário enquanto autoridade estatal; afinal, decisão não cumprida é um ato atentatório à dignidade da Justiça. 8. De fato, essas medidas constrictivas situam-se na eminente e importante esfera do mercado de crédito. Diferentemente dos setores de financiamento imobiliário, de veículos e de patrulha agrícola mecanizada, por exemplo, cujo próprio bem adquirido é serviente a garantir o retorno do crédito concedido a altos juros, o crédito disponibilizado ao consumidor, à exceção dos empréstimos consignados, é de parca proteção e elevado risco ao agente financeiro que concede o crédito, por não contar com garantia imediata, como sói acontecer com a alienação fiduciária. 9. Embora o crédito seja responsável por promover o crescimento econômico, não apenas por sua aplicação na área produtiva, mas, sobretudo e especialmente, no consumo das famílias, ele é também responsável por severo endividamento pessoal dos brasileiros. Estatísticas dos órgãos oficiais informam que mais de 60% dos brasileiros se encontram, por mais de 90 dias, com débitos em aberto em cartão de crédito, no crediário de estabelecimentos comerciais, no cheque especial e em outras modalidades de crédito direto, nas quais o consumidor é estimulado a contratar, conforme matéria jornalística veiculada pela Agência Brasil de Comunicação EBC (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadas-sobe-de-59-para-622>). Acesso em 12.6.2018). 10. Existem, inclusive, programas oficiais, como o do Banco Central do Brasil, destinados a evitar o superendividamento, dado o caráter epidêmico do estímulo ao consumo sem as necessárias prudência e organização de finanças pessoais nas compras (http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_II_%C3%A9_possivel_sair_do_superendividamento.pdf). Acesso em 12.6.2018). 11. Não há dúvida de que essas questões, nesse contexto de credores sem garantia e endividados suplicando a misericórdia, aportam no Poder Judiciário. Penso que aqueles Julgadores que promovem a determinação para que, na hipótese de execuções cíveis, se proceda à restrição de direitos do cidadão, como se tem visto na limitação do uso de passaporte e da licença para dirigir, querem sinalizar ao mercado e às agências internacionais de avaliação de risco que, no Brasil, prestigia-se a Lex Mercatoria. Frente à falta de garantias de adimplemento, por ocasião da obtenção do crédito, são contrapostas as formas aflitivas pessoais de satisfação do débito em âmbito endoprocessual. Essa modalidade de condução da lide, que ressalta a efetividade, é válida mundivisação acerca do que é o processo judicial e o seu objetivo, embora ela [a visão de mundo] não seja única, não se podendo dizer paradigmática. **12. Porém, em Execução Fiscal, a lógica a meu sentir é outra. Destina-se a saldar créditos que são titularizados pela coletividade, mas que contam com a representação da autoridade do Estado, a quem incumbe a promoção das ações conducentes à obtenção do crédito.** 13. Para tanto, o Poder Público se reveste da Execução

Fiscal, de modo que já se tornou lugar comum afirmar que o Estado é superprivilegiado em sua condição de credor. Dispõe de varas comumente especializadas para condução de seus feitos, um corpo de Procuradores altamente devotado a essas causas, e possui lei própria regedora do procedimento (Lei 6.830/1980), com privilégios processuais irredarguíveis. Para se ter uma ideia do que o Poder Público já possui ex ante, a execução só é embargável mediante a garantia do juízo (art. 16, § 1o. da LEF), o que não encontra correspondente na execução que se pode dizer comum. Noutras palavras, o crédito fiscal é, por sua própria conformação jusprocedimental, altamente blindado dos riscos de inadimplemento. 14. Não se esqueça, ademais, que as ações de improbidade administrativa são dotadas da indisponibilidade de bens dos réus já por ocasião de seu nascedouro (art. 7o. da Lei 8.429/1992), cujo deferimento ocorre com a presunção de perigo da demora, o que torna a pretensão, por mais esse motivo, plenificada em assegurar o retorno do crédito em discussão. 15. Nesse raciocínio, é de imediata conclusão que medidas atípicas aflitivas pessoais não se firmam placidamente no executivo fiscal. A aplicação delas, nesse contexto, resulta em excessos. 16. Na espécie, consoante relata o ato apontado como coator, trata-se de Execução Fiscal manejada pela Fazenda do Município de Foz do Iguaçu/PR, a partir do qual visa à satisfação de crédito adveniente de condenação do executado à restituição de dano ao Erário como sanção por improbidade administrativa (contratação ilegal de funcionários terceirizados). O caderno aponta que o valor do crédito vindicado é de R\$ 24.645,53 (fls. 114). 17. O TJ/PR deu provimento ao recurso de Agravo de Instrumento da Municipalidade, em ordem a deferir medidas aflitivas de inscrição do nome do réu em cadastro de inadimplentes, suspensão do direito de dirigir e apreensão do passaporte. 18. Tenho para mim que a medida, já na primeira vista dos autos, própria da apreciação liminar, é excessiva. Para além do contexto econômico de que se lançou mão anteriormente, o que, por si só, já justificaria o afastamento das medidas adotadas pelo Tribunal Araucariano, registre-se que o caderno processual aponta que há penhora de 30% dos vencimentos que o réu auferia na Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. Além disso, rendimentos de sócio-majoritário que o executado possui na Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda.-EPP também foram levados a bloqueio. 19. Submeteu-se o réu a notória restrição constitucional do direito de ir e vir num contexto de Execução Fiscal já razoavelmente assegurada, pelo que se deduz da espécie. Evidentemente, torna-se mais aguda a restrição das liberdades constitucionais do réu a circunstância de que a cidade de Foz do Iguaçu/PR se situa em tríplice fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina. Embora possa haver trânsito facilitado de pessoas entre esses Países do Mercosul, é notório que, por residir nessa localidade fronteiriça, o paciente está a sofrer mais limitações em seu direito de ir e vir pela supressão de passaporte do que outra pessoa que esteja a milhares de quilômetros de qualquer área limítrofe. O paciente está a merecer, ao menos nessa esfera liminar, a tutela da liberdade de ir e vir a que se propõe o remédio de Habeas Corpus. 20. Mercê do exposto, concedo a medida liminar neste Habeas Corpus, de modo a determinar sejam excluídas as medidas atípicas constantes do aresto do TJ/PR apontado como coator (suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do passaporte), deferindo a ordem por esta decisão, sem qualquer antecipação quanto à solução final da presente impetração, contudo. 21. Publique-se. Oficie-se. 22. Intimações necessárias. Brasília (DF), 12 de junho de 2018. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO MINISTRO RELATOR. (STJ - HC: 453870 PR 2018/0138962-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJ 15/06/2018)

Extrai-se do julgado colacionado acima que o colegiado do STJ decidiu pela impossibilidade de aplicação de medidas atípicas nas execuções fiscais sob a justificativa de que resultariam em excessos, visto que: a) a Administração Pública goza de privilégios ex ante em relação ao executado; e b) o crédito fiscal é altamente blindado pela legislação dos

riscos de inadimplemento, a exemplo da necessidade de apresentar garantia do juízo para fins de interposição de embargos, nos termos do art. 16, § 1º, da Lei 6.830/80.

Os que defendem sua impossibilidade o fazem argumentando de que a Fazenda Pública possui uma série de prerrogativas não extensíveis aos demais jurisdicionados quais sejam, exemplificadamente, inexigibilidade de recolhimento prévio das custas e despesas processuais (art. 91), prazo em dobro para todas as suas manifestações (art. 183), intimação pessoal dos seus representantes judiciais (art. 183, §1º), remessa necessária das sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, bem como das sentenças que julgarem procedentes, o todo ou em parte, embargos à execução fiscal.

Outro privilégio apontado pela doutrina é o fato de que nas execuções fiscais os embargos à execução são condicionados à garantia do juízo através de depósito em dinheiro, fiança bancária ou nomeação de bens à penhora, nos termos do art. 30 da Lei nº 6.830/80.

Tal prerrogativa não acontece nas demais execuções de quantia de título extrajudicial, na qual o executado é citado para efetuar o pagamento ou oferecer embargos, sem a exigência de garantia do juízo (art. 914, do CPC).

Tatiane Costa de Andrade e Hugo Malone Passos também defendem que a aplicação de medidas coercitivas pessoais no âmbito da execução fiscal regida pela Lei 6.830/80 não é aceitável em nenhuma circunstância, tendo em vista que a Fazenda Pública, nesta situação, já conta com muitos privilégios processuais não extensíveis ao exequente comum.²⁷

Para Cândido Rangel Dinamarco esses privilégios constituem violação ao princípio constitucional da isonomia, vejamos:

A par da marca do Estado autoritário em que foi gerada, essa linha peca pelo confronto com a garantia constitucional da isonomia, ao erigir o Estado em uma super parte (a) com maiores oportunidades de vitória que seus adversários na causa e (b) com maiores oportunidades nos processos em geral, do que outros entes igualmente ligados ao interesse público, posto que não estatais (pequenas fundações, sociedades beneficentes, Santas /casas de Misericórdia etc).²⁸

De outra banda, a possibilidade de se utilizar os meios executivos atípicos na execução fiscal são defendidos por doutrinadores utilizando o conceito de interesse público

²⁷ANDRADE, Tatiane Costa; PASSOS, Hugo Malone. **Medidas Executivas Atípicas nas Execuções Fiscais: uma investigação sobre o seu cabimento no contexto do processo constitucional.** In. HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra; LOBATO, Valter de Souza; FRATTARI, Rafael. *Processo Tributário Judicial: perguntas e respostas.* Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

²⁸ DINAMARCO, CÂNDIDO Rangel, **Fundamentos do Processo Civil Moderno.** 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 127.

que pretende tutelar, qual seja o interesse patrimonial na arrecadação de receita, o que a possibilita à realização de suas atividades voltadas à coletividade.

Nesse sentido dispõe Leonardo Carneiro da Cunha:

Exatamente por atuar no processo em virtude da existência de interesse público, consulta ao próprio interesse público viabilizar o exercício dessa sua atividade no processo da melhor e mais ampla maneira possível, evitando-se condenações injustificáveis ou prejuízos incalculáveis para o Erário e, de resto, para toda a coletividade que seria beneficiada com serviços públicos custeados com tais recursos.²⁹

Patrícia Aparecida Medeiros Dias critica a decisão proferida no HC 453.870/PR, visto que a decisão briga com uma realidade fática, comprovada em estudos e números, que é incontestável em apontar a execução fiscal como um instrumento ineficaz.³⁰

Outro argumento utilizado pelos defensores da aplicação da atipicidade dos meios na execução fiscal é que relatório das Justiza em Números de 2023 e anteriores do CNJ apontam para a ineficácia dos feitos fiscais e a sua morosidade para a satisfação dos créditos públicos.

Diante desse quadro, poderá a Fazenda Pública recorrer de todos os meios admitidos em direito para a satisfação de seu crédito seja utilizando as prerrogativas existentes na Lei 6.830/80 seja usando as diretrizes previstas no CPC para as execuções de quantia certa.

Contudo, alio-me à corrente que discorda do posicionamento adotado pelo STJ acerca da impossibilidade de aplicação das medidas atípicas nos feitos fiscais, uma vez que os privilégios e os mecanismos disponibilizados à Fazenda Pública para a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa têm como objetivo a satisfação do interesse da coletividade, pois todos os valores revertidos aos cofres públicos através dessas ações serão revertidos, ainda que teoricamente, à manutenção e execução de serviços essenciais.

5 CONCLUSÃO

Buscou o presente artigo analisar a possibilidade da aplicação das medidas executivas atípicas previstas no art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015, nos processos de execução fiscal regidos pela Lei nº 6.830/80 à luz das decisões proferidas no Habeas Corpus nº 453.870/PR, do Superior Tribunal de Justiça, e na ADI nº 5.941, do Supremo Tribunal Federal.

Preliminarmente, foi realizado um panorama dos pontos relevantes da tutela jurisdicional executiva. Nesse contexto, foi abordado o princípio da efetividade como meio

²⁹ CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. São Paulo: Dialética, 2007, p.34.

³⁰ DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros. Medidas Executivas Atípicas: Avaliação da Possibilidade de sua utilização no bojo das execuções fiscais. **Revista da Advocacia Pública Federal**, 2020, p. 195.

para a concretização da prestação da tutela jurisdicional ao lado do direito fundamental do credor (Fazenda Pública) e os princípios que regem a execução, quais sejam: princípio da menor onerosidade ou gravidade, princípio da responsabilidade patrimonial ou realidade do devedor e princípio da tipicidade/atipicidade dos meios executivos.

Em seguida, o trabalho debruçou-se sobre MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO PROCESSO CIVIL. Constatou-se que tais medidas não foram novidades trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, vez que o Código de Defesa do Consumidor e o Código de Processo Civil de 1973 já elencavam essa possibilidade para determinadas espécies de obrigações.

Verificou-se que o novo diploma processual civil trouxe uma ampliação da cláusula geral de efetivação (art. 139, IV) para qualquer forma de tutela executiva, inclusive para as obrigações pecuniárias, quando passou a prever a possibilidade de o juiz determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial.

A par da discussão acerca da possibilidade de o órgão julgador utilizar-se de medidas atípicas, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADI 5.94, reconheceu a constitucionalidade da cláusula geral de efetivação desde que seja resguardada a dignidade da pessoa humana, além de observância à proporcionalidade e à razoabilidade da medida de modo menos gravoso ao executado.

O presente trabalho abordou a (im)possibilidade da aplicação das medidas atípicas (art. 139, IV) no âmbito da Execução Fiscal, meio utilizado pela Fazenda Pública de satisfazer seu título executivo líquido, certo, exigível e inscrito em Dívida Ativa.

Nesta seção foi observada que a execução fiscal mesmo regida por lei específica (Lei nº 6.830/80) se vale das normas do Código de Processo Civil naquilo em que for omissa e desde que compatíveis.

Observou-se que, nas execuções gerais e fiscais, a Fazenda Pública detém prerrogativas processuais justificadas pelo interesse público pretendido, diretamente relacionado à defesa do bem comum da coletividade.

Foi realizada, ainda, uma análise acerca da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC nº 453.870/PR, no qual dispôs que são incabíveis a utilização de medidas atípicas afilivas, tais como suspensão de passaporte e da licença para dirigir nas execuções fiscais.

Pontuou-se que há discussão doutrinária quanto à essa decisão, na medida em que a Fazenda Pública possui prerrogativas processuais adequadas para a defesa do interesse da coletividade em detrimento do devedor.

Registrou-se que, apesar de contar com essas vantagens processuais dos entes públicos, o Judiciário brasileiro encontra-se assoberbado de execuções fiscais que se arrastam há anos sem que a Fazenda Pública consiga recuperar seus créditos e os apliquem em serviços essenciais à coletividade.

Por fim, houve o posicionamento desfavorável à tese levantada pelo STJ, visto que restou demonstrado que não há qualquer impedimento normativo e constitucional do uso de medidas atípicas nos feitos fiscais.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil (livro eletrônico)**, 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ANDRADE, Tatiane Costa; PASSOS, Hugo Malone. **Medidas Executivas Atípicas nas Execuções Fiscais: uma investigação sobre o seu cabimento no contexto do processo constitucional**. In: HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra; LOBATO, Valter de Souza; FRATTARI, Rafael. *Processo Tributário Judicial: perguntas e respostas*. 1. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020

ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. Fundamentos e parâmetros para utilização de medidas executórias atípicas. **Revista ANNEP de Direito Processual**. Vol 1, No. 1, Art 5, 2020. Disponível em : <https://www.revistaannep.com.br/index.php/radp/article/view/5> . Acesso em : 19 maio 2024.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2023**. Brasília, CNJ, 2023. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.830/80, de 22 de setembro de 1980. **Planalto Federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16830.htm. Acesso em: 20 abri. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Planalto Federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm Acesso em: 27 abri. 2024.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 453.870 – PR (2018/0138962-0)**. Impetrante: Aldamira Geralda de Almeida Affornalli e outros. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília: DJe de 15/08/2019, Disponível em:

http://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAordao?num_registro=201801389620&dt_publicacao=15/08/2019. Acesso em: 20 abri. 2024.

BRASIL, STF, **ADI 5.948/DF** Tribunal Pleno, Ministro Relator Luiz Fux, DJ 09/02/2023, Data da Publicação: 28/04/2023, Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL, STJ - **REsp: 1896421** SP 2020/0243170-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/04/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2021. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5941**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília. Disponível <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5458217> . Acesso em: 20 abri. 2024.

CARRA, Fabrício Zanon. **Medidas Atípicas Aflitivas Pessoais na Execução Fiscal**. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237642>. Acesso em: 10 abri. 2024.

CATHARINA, Alexandre de Castro. **Medidas Executivas Atípicas: Algumas Premissas Conceituais**. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/42309>. Acesso em 10/04/2024.

CONRADO, Paulo César. **Execução Fiscal**. 4. Ed. rev. e ampl. - São Paulo: Noeses, 2020.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. São Paulo: Dialética, 2007.

DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros. Medidas Executivas Atípicas: avaliação da possibilidade de sua utilização no bojo das execuções fiscais. **Revista da Advocacia Pública Federal**, v.4, n.1, 11 nov. 2020.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Execução**, 11.ed. rev., ampl. e atual. Salvador. JusPodivm, 2021.

DINAMARCO, CÂNDIDO Rangel. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Novo Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 2016.

FUX, Luiz. **O novo processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GODOI, Marilei Fortuna. **Formação do Título Executivo**. In: Execução Fiscal Aplicada – Análise Pragmática do Processo de Execução Fiscal org. MELO FILHO, João Aurino de, 11. ed., rev. e atual. ampl. São Paulo: Juspodivm, 2024.

GUERRA, Marcelo Lima. **Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil**. São Paulo: RT, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MELO FILHO, JOÃO AURINO DE. **Execução Fiscal Aplicada. Análise Pragmática do Processo de Execução Fiscal.** JUSPODIVM. Data de lançamento 06 maio 2024.

NATAL BATISTA, F. CONSIDERAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SOBRE AS MEDIDAS ATÍPICAS (ART. 139, IV, DO CPC/2015) NA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA: BREVE ESTUDO DA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Caderno Virtual**, [S. l.], v. 1, n. 50, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/5359> . Acesso em: 15 abri. 2024.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de processo civil.** 5.ed., rev., atual. E ampl. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2013.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino & PINTO, Fernando Elias. **A importância das medidas executivas atípicas na execução fiscal e na execução comum.** <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8120/4792>. Acesso em: 15/04/2024.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.** São Paulo. 20. ed., Saraiva. 2003.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle. **Como interpretar o art. 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio?** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em: 08 dez. 2019.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de Execução**, 23 ed. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2005.

VIEIRA, Luciano Henrik Silveira Vieira. **Atipicidade dos meios executivos: da sanha sancionatória à violação de preceitos garantidores do Estado Democrático de Direito.** In: TALAMANI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji. Coleção Grandes Temas do Novo CPC: Medidas Executivas Atípicas. 2. ed. Salvador: Juspodivm.